
APRESENTAÇÃO

Esta coletânea de trabalhos jurídicos destina-se a registrar a comemoração dos primeiros vinte anos do Superior Tribunal de Justiça e da sua construtiva atuação jurisprudencial em torno dos mais insígnis valores da cidadania e da cultura democrática.

Ao longo dessas duas décadas de atividades, o *Tribunal da Cidadania* já se firmou e se confirmou na avaliação e na estima da comunidade jurídica nacional como o autorizado uniformizador da jurisprudência infraconstitucional do Brasil. Isso mercê da proficiência revelada na imensa quantidade de feitos julgados e decididos, bem como da qualidade intelectual dos seus Ministros – reconhecidos cultores do Direito e atentos observadores da cena pública da realidade brasileira –, em cujos espaços se criam problemas dos mais variados matizes, compondo desafios graves e urgentes, a que a Corte tem dispensado equacionamentos rápidos e eficazes, justos e compatíveis com a sua missão constitucional.

O Superior Tribunal de Justiça tem sido o ponto do firme equilíbrio da ordem jurídica nacional, prezando ciosamente, de um lado, a autonomia judicante dos Tribunais de Justiça dos Estados e dos Tribunais Regionais Federais naquelas searas em que devem, pelos lineamentos do ordenamento, proferir as soluções definitivas das lides. De outro lado, preservando, com idêntico esmero, o domínio jurisdicional reservado pela Constituição à cognição da Suprema Corte do País. Além disso, elaborando a jurisprudência uniformizadora do Direito Federal, que cumpre – como se sabe – um papel de altíssima relevância na integração da Federação, evitando ou prevenindo a proliferação de entendimentos díspares, entre os diversos Tribunais, a respeito de um mesmo ponto jurídico dotado da potencialidade de *deformar* o quadro de valores que cumpre preservar.

A recente inserção do procedimento relativo ao processamento e julgamento de recursos especiais repetitivos (Lei n. 11.672/2008 e Resolução n. 8, de 7.08.2008) veio reforçar a vocação deste Tribunal para o prefalado papel uniformizador, que contribui para estabilizar os entendimentos da Justiça sobre temas jurídicos de interesse nacional e fixa demarcações pelas quais se aumenta o quociente da previsibilidade das soluções jurisdicionais de ampla repercussão. Dessa forma, têm-se

maximizado a segurança e a certeza que com insistência se reclamam da Justiça e tem-se eliminado a aleatoriedade que produz tantas dúvidas e igual descrédito.

Os textos doutrinários aqui registrados, que trazem a marca intelectual de exímios Juristas – Ministros deste ou de outros Tribunais e doutrinadores de reconhecida proficiência –, tratam de temas atuais, importantes e oportunos, como se pode constatar pela relação dos trabalhos sumariados.

Os artigos cobrem um panorama vasto e variado, permeando reflexões e críticas a respeito da evolução do Direito brasileiro em geral, além de aspectos da compreensão de certas leis ou dos rumos e tendências da jurisprudência, bem como avançam doutrinas que serão objeto de posterior pormenorização, graças aos esforços interpretativos subseqüentes que a sua assimilação motivará.

Tenho a mais segura convicção de que todos auferiremos grande proveito na leitura e na consulta destes textos, que refletem o estágio de amadurecimento intelectual da nossa cultura jurídica e potencializam, como disse, o desenvolvimento de novos raciocínios construtivos, caminho que todos proclamam ser o que conduz à expansão e consolidação dos ideais do Direito, a que servimos.

O diligente e culto Diretor da Revista do Tribunal, eminente Ministro Fernando Gonçalves, conseguiu, com a sua prestigiosa equipe de colaboradores, organizar uma seleção de textos jurídicos de inestimável qualidade técnica e de manifesta atualidade e interesse, o que lhe basta para merecer os nossos encômios. É justo, porém, assinalar o seu empenho em promover a tiragem desta publicação a tempo de marcar os vinte anos desta Corte.

Cumprimento, portanto, o Ministro Fernando Gonçalves pela edição da revista comemorativa dos vinte anos do Tribunal, a cada um dos seus colaboradores e aos doutos Juristas que aqui deixaram a sua contribuição valiosa, agradecendo a todos pelo prestígio intelectual que acrescem com os seus primorosos trabalhos.

Ministro Cesar Asfor Rocha
Presidente do Superior Tribunal de Justiça